

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

**TRANSCRIÇÃO DO PODCAST VOX - EPISÓDIO 1 - PGJ  
JARBAS SOARES JÚNIOR**

**SR. ALEX LANZA:** Olá. Eu sou Alex Lanza. E você está ouvindo o Vox, o podcast da web rádio do Ministério Público de Minas Gerais. Essa entrevista estará disponível no canal oficial do MPMG, no YouTube e nas redes sociais. Hoje o nosso convidado é o procurador geral de Justiça Jarbas Soares Júnior, ele que comanda o Ministério Público de Minas. Seja bem-vindo e obrigado por estar conosco nesse podcast, procurador.

**SR. JARBAS SOARES JÚNIOR:** Obrigado, Alex. Obrigado a todos. Sempre bom falar do Ministério Público.

**SR. ALEX LANZA:** O senhor esteve à frente do MPMG entre os anos de 2005 e 2008 e agora retorna a chefia da instituição. Quais mudanças, as mais significativas, o senhor pôde observar entre um período e outro depois que tomou posse em dezembro do ano passado?

**SR. JARBAS SOARES JÚNIOR:** Olha, no campo pessoal, mais tranquilidade, porque já sei dos problemas, o que vai acontecer durante o ano, final do ano, ano que vem, o final do ano que vem. Então, o que nós temos que ter é paciência, obstinação para atingir os resultados, e que eles acontecerão. No campo interno, como a instituição que teve o seu volume de atuação amplificado com os instrumentos que foram criados lá atrás e outros novos, a instituição se organizou para esses desafios. Experiências que foram realizadas nesse período todo que tornaram a instituição maior do que era, obviamente. E no campo institucional, o Ministério Público que precisa recuperar a sua força política, o seu protagonismo, em defesa dos direitos fundamentais, em defesa da sociedade e com a necessidade de uma maior articulação pelo papel do Ministério Público de Minas Gerais no país, em Brasília. E na parte da comunicação, um Ministério Público muito aquém das necessidades que a instituição precisa de atender para chegar melhor aos olhos da população.

O que eu vejo, as notícias negativas contra o Ministério Público, que são pequenas, mas tomam um volume e uma velocidade supersônica, e as coisas boas que são realizadas não chegam à população. Então nós precisamos continuar aprimorando a atuação do Ministério Público, mas ampliando a sua importância política e institucional, com a frente e os olhos em Brasília, e uma comunicação mais... que evidencie melhor o trabalho da instituição. No mais, é

manter o projeto que já vem sendo realizado há anos de promoção dos direitos fundamentais, de combate ao crime e de, certamente, defesa dos interesses maiores da sociedade.

**SR. ALEX LANZA:** Como tem sido, nesses pouco mais de cem dias de gestão, tomar conhecimento das atuais estruturadas e, ao mesmo tempo, formar equipe e já tomar as primeiras medidas?

**SR. JARBAS SOARES JÚNIOR:** Olha, a experiência que eu tive em 2004 a 2008, obviamente, que me ajudam a conhecer a classe, escolher os melhores nomes, dirigir a instituição para que esses cem dias não interrompessem o prazo que nós precisamos para essas realizações. Os cem dias são muito complicados, porque você tem uma demanda extraordinária na Procuradoria de interesses gerais dos colegas, das instituições, da sociedade, e acaba tomando tempo da Procuradoria, do procurador geral sobretudo. Eu, desde o primeiro dia, não teve praticamente um dia que eu não cheguei em casa depois das 22h. No entanto, depois de cem dias, esse... como eu disse no começo da entrevista que você já sabe o que vai acontecer, e eu sabia que, depois dos cem dias, as coisas vão fluir melhor e agora é hora de executarmos o nosso projeto para tornar o Ministério Público cada vez mais forte e mais eficiente.

**SR. ALEX LANZA:** Entrando no tema covid-19, nos fale um pouco sobre a atuação do Ministério Público nesse período e quais orientações têm sido passadas aos promotores de Justiça de todo o estado.

**SR. JARBAS SOARES JÚNIOR:** Olha, a covid não é um desafio do Ministério Público de Minas, nem de Minas Gerais, nem do Poder Executivo, nem do Legislativo, nem no Ministério Público, nem do Judiciário, nem do sistema médico, hospitalar, sanitário, é um problema da humanidade. Então, é um problema muito grave, muito sério. A sociedade está toda espantada com tudo o que está havendo. E o Ministério Público, dentro das suas atribuições, que são muitas na área sanitária, tem que tomar suas atitudes em defesa da vida, em defesa do sistema de atendimento sanitário. E assim tenho feito, tenho trabalhado em harmonia com o Poder Executivo, com o Tribunal de Justiça no que compete à questão administrativa, na área institucional e funcional com independência, mas no sentido que me parece necessário ouvindo e decidindo com base nas informações técnicas. O princípio da independência funcional tem sido uma obrigação mais do que nunca para a administração superior, nós temos respeitado as iniciativas isoladas ou pessoais ou individuais ou funcionais de todos os colegas, mas no sentido de que o Ministério Público caminha com o estado no Programa Minas Consciente através das ondas.

**SR. ALEX LANZA:** O Ministério Público tem conseguido manter a eficiência do atendimento ao cidadão trabalhando de forma remota? Existe algum projeto para aprimorar esse tipo de trabalho?

**SR. JARBAS SOARES JÚNIOR:** Olha, ninguém está funcionando adequadamente, nenhuma instituição, o país não está funcionando adequadamente. Então nem as empresas que estão tendo lucros justos e legítimos em razão da necessidade dos seus insumos e dos seus produtos estão trabalhando na via normal. Nós não estamos trabalhando na via normal. Nós estamos trabalhando de forma remota de acordo com as ondas e presencialmente e semipresencialmente de acordo com as ondas e as orientações técnicas dos órgãos e institutos públicos. Não é o ideal, mas as ferramentas que foram adquiridas pela instituição estão permitindo uma maior produtividade, uma melhor resposta, de outro, prejudicando também a atuação da instituição. É muito difícil trabalhar sem encontrar, sem conversar, sem sentir as pessoas. No entanto, é a realidade. Acredito que para o futuro, já era programado que isso iria acontecer, nós vamos ter o trabalho remoto como parte nas nossas vidas.

**SR. ALEX LANZA:** Sobre o papel fiscalizador do Ministério Público, como tem sido esse trabalho de estar atento a eventuais desvios na aplicação de recursos e, ao mesmo tempo, atuar para que o plano nacional de imunização seja respeitado?

**SR. JARBAS SOARES JÚNIOR:** Olha, o primeiro ponto, invertendo a pergunta, o primeiro ponto é o plano nacional de vacinação. Isso tem uma regra, tem uma forma, tem um sistema, que tem que ser atendido. Se as pessoas às vezes querem se beneficiar ou porque têm recursos, são pessoas ricas, ou que querem... empresas querem proteger seus servidores, isso demonstra um total egoísmo de quem tem dinheiro, porque nós temos o sistema que é universal, o SUS, e ele tem que atender as necessidades de toda a população, ricos e pobres.

E o problema maior não é o rico ou a empresa ou as instituições adquirirem, com seus recursos, a vacina, o problema é que não tem vacina para todos. Então, tem uma ordem que tem que ser obedecida. Porque nós não temos que olhar quem é o mais rico, é quem que precisa, quem que está trabalhando, se expondo, por trabalhar em instituições essenciais, e também as pessoas que têm seus problemas, a idade, tudo isso tem que contar. Então tem um método. Fora desse método é a barbárie.

**SR. ALEX LANZA:** A outra questão da aplicação dos recursos, eventuais desvios, como o Ministério Público está atuando em relação a isso?

**SR. JARBAS SOARES JÚNIOR:** Olha, o que a gente pode dizer é o seguinte, o dinheiro da saúde, ele tem monitoramento e deixa

rastro, o seu uso. Nós temos o laboratório de lavagem de dinheiro, por exemplo, nós conseguimos rastrear os recursos da Saúde. Estamos todos atônitos tratando das questões emergências. Algumas medidas, já se toma iniciativa, outras, nós teremos condições de apurar no decorrer e depois da pandemia. Eu tenho certeza que os gestores, as pessoas que estão usando a pandemia para se beneficiar terão contas a ajustar no futuro.

**SR. ALEX LANZA:** Você está ouvindo o Vox, o podcast da web rádio do Ministério Público de Minas Gerais. E o nosso entrevistado de hoje é o procurador geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior. Falando a respeito do acordo bilionário referente à tragédia de Brumadinho, como esses recursos irão beneficiar os atingidos e o estado de Minas Gerais? E se o MP vai trabalhar na fiscalização, na aplicação desses recursos?

**SR. JARBAS SOARES JÚNIOR:** São duas etapas. Aliás, três. Houve o crime da Vale em Brumadinho, aí iniciou a primeira fase, que foi a apuração e os processos. Depois iniciou a possibilidade de acordo, que foi concluído. Os valores são expressivos, R\$ 37,7 bilhões, que abarca os danos socioambientais, os danos socioeconômicos e também o ressarcimento para o estado. Há uma confusão sobre essas rubricas, porque se pergunta: Mas o acordo prevê obras e investimentos em outras regiões. É porque o acordo, ele não foi só para... em relação ao que aconteceu em Brumadinho, na região do Vale do Paraopeba, o dano foi muito maior, foi um dano para todo o estado, então o estado recebe um ressarcimento, isso aí tem uma ação do estado especificamente que entrou no acordo. Os outros problemas também estão no acordo. Então há, certamente, o dano ambiental, que está previsto no acordo, de R\$ 5 bilhões, sem esse limite, ali é um valor de referência para toda a recuperação. Há um certo ressarcimento dos municípios também no acordo. Há o recurso de R\$ 3 bilhões para transformação econômica e social da região atendida. E há R\$ 4,4 milhões, que isso para transferência de renda para as pessoas atingidas no Vale do Jequitinhonha, que pode durar quatro ou mais anos, de acordo com a disponibilidade para atender os atingidos.

Então é um acordo que pode até se questionar se o valor é aquele, pode se questionar se o acordo seria aquele. A realidade é que nós estamos diante de uma tragédia que exigia respostas. E a resposta melhor é uma solução no prazo que foi dado. Agora, entramos na outra etapa, que é a mais difícil, que é a execução de tudo isso, e o Ministério Público está em todas essas partes. Quero ressaltar que o acordo não envolve a ação penal pelo crime de homicídio causado, não envolve a corrupção de empresas, que é outra ação, e envolve apenas aqueles pontos que eu me referi antes.

**SR. ALEX LANZA:** Como se deu a elaboração desse acordo que teve a participação do MP, do governo de Minas, Tribunal de Justiça e demais instituições? Como tudo isso foi construído?

**SR. JARBAS SOARES JÚNIOR:** Esse é um processo longo, e que certamente deve ter começado com a disponibilidade da empresa de buscar uma solução com os ministérios públicos estadual e federal, Defensoria Pública e também o governo do estado, que foi se aprofundando com as primeiras cláusulas, a dificuldade de formatar o desenho do acordo que foi... que buscou um tempo maior, a governança desse acordo e depois os recursos. Tudo isso foram etapas muito difíceis. E nós, do Ministério Público, também tivemos as nossas angústias para chegar ao acordo final. No final de tudo, nós entendemos que o valor que se chegou era o limite, fora disso era o não acordo. E os valores me parecem bem expressivo. Segundo o Ministério Público Federal, o maior ressarcimento de danos morais coletivos da história tinham sido de R\$ 250 milhões, R\$ 300 milhões. Então daí para se ver a grandiosidade do acordo que foi celebrado.

**SR. ALEX LANZA:** O trabalho em parceria pode significar, para o cidadão, um Ministério Público mais resolutivo e eficiente? E aproveitando, gostaria que o senhor falasse um pouco do programa Destrava Minas.

**SR. JARBAS SOARES JÚNIOR:** Olha, há uma conclusão geral que a justiça é morosa, e é uma conclusão muito razoável. Que os processos permitem que as ações durem 10, 20, 30 anos. Se fizer um levantamento na Justiça, verificará que dificilmente uma ação será julgada na Primeira Instância em dois anos. E vê-se hoje que a sociedade também amadureceu, que muitas vezes é lucrativo você resolver o problema e tocar a vida adiante. Então, essa justiça de autocomposição é uma grande realidade sobretudo depois do código, do CPC de 2015. Há um espaço enorme para as soluções amigáveis, vamos assim dizer, e as instituições estão se organizando para assim proceder, o Ministério Público já faz isso desde a década de 90, não é novidade para nós, e o Judiciário também com os seus Cejusc, tem se organizado, as empresas têm criado os seus centros de conciliação, elas próprias, o estado tem câmara de conciliação, a União tem câmaras de conciliação. Então isso aí é um caminho sem volta. O Ministério Público criará agora no primeiro semestre o seu 1º Centro de Autocomposição de Conflitos e Segurança Jurídica. Então o Ministério Público vai oficializar algo que já faz há 30 anos.

**SR. ALEX LANZA:** Já entrou nessa questão aí dos novos órgãos dentro da administração do Ministério Público, já foram criadas, nessa gestão, a Secretaria de Assuntos Internacionais, a Coordenadoria de Combate ao Racismo e Todas as Outras Formas de Discriminação. E o senhor anunciou no Centro de Monitoramento de Barragens. Como esse centro vai funcionar? E se o senhor pretende apresentar outras novidades em breve.

**SR. JARBAS SOARES JÚNIOR:** Olha, as instituições, Alex, elas são instituições que são formatadas, são instituições tradicionais e que elas têm um roteiro, umas avançam mais rápido, outras menos, mas elas têm um roteiro, elas vão se aperfeiçoando. Então o que nós estamos transformando agora são coisas que estão no radar da instituição há muito tempo. A Secretaria de Assunto Internacionais dá ao Ministério Público um diálogo com todas as nações do mundo, entidades culturais, entidades de investimento. É um canal agora determinado para esse diálogo. A Coordenadoria de Racismo é uma necessidade, nós vivemos o racismo na sociedade, todo mundo sabe isso, preconceitos de toda monta. O Ministério Público vem especializando para enfrentar esses problemas. Nós também voltamos com o Centro de Apoio das Promotorias de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, era uma medida necessária, criamos o Centro de Apoio Cível também, que era uma lacuna da instituição. Estamos reestruturamos a Procuradoria de Recursos Criminais Extraordinários e Especiais, vamos criar a Procuradoria de Recursos Cíveis Especiais e Extraordinários.

Então são muitas coisas que serão realizadas. Como você disse, o Centro de Monitoramento de Barragens, é uma necessidade, é uma decorrência de tudo o que aconteceu no estado. Então tem muitas coisas para acontecerem. O Ministério Público de Minas é referência em Minas e no Brasil. Como instituição mineira, ela é referência. Como instituição dos Ministérios Públicos do Brasil, é referência. E sempre ao longo dos anos foi uma instituição muito premiada. Nós vamos voltar esse caminho, a instituição de Minas tem que ser o Ministério Público referência, um dos ministérios públicos referências do Brasil.

**SR. ALEX LANZA:** Ainda dentro dessa pergunta, procurador geral, o senhor pode adiantar um pouco mais essa questão do Centro de Monitoramento de Barragens? Como ele vai funcionar?

**SR. JARBAS SOARES JÚNIOR:** Vai funcionar no próprio Ministério Público, nós vamos acompanhar on-line, em tempo real a situação das barragens em toda Minas Gerais. É um problema sério do estado. E a instituição precisa estar ciente, ter as informações para poder agir. E nós temos os níveis toleráveis e os não toleráveis de barragens que atinge muitas pessoas, histórias de vida. Então, é papel do Ministério Público. Nós estamos fazendo um convênio com o Reino Unido que vai nos permitir a ter esse instrumento de acompanhamento dessas situações em toda Minas Gerais.

**SR. ALEX LANZA:** Para finalizar, quais ações o cidadão, que é o motivo principal da existência do Ministério Público, pode esperar para esse biênio 2021-2022?

**SR. JARBAS SOARES JÚNIOR:** Eu acho que nós não temos que pensar em biênios, nós temos que pensar na instituição. O que

pode esperar da instituição é atenção aos problemas da sociedade, dedicação dos seus membros e servidores e estagiários, que os recursos públicos que são destinados à instituição sejam bem aplicados e que esta instituição produza mais do que consome. Então a instituição, o que pode esperar do Ministério Público, nesses próximos dois anos especialmente, é que nós vamos mostrar para a sociedade o que o Ministério Público faz todos os dias em Minas Gerais.

**SR. ALEX LANZA:** Conversamos com o procurador geral de Justiça Jarbas Soares Júnior, que esteve conosco aqui no Vox, o podcast da web rádio do Ministério Público de Minas Gerais.

**SR. JARBAS SOARES JÚNIOR:** Obrigado. Sempre um prazer.

**SR. ALEX LANZA:** Obrigado. E até o próximo Vox.